



PROCESSO	49.714-2/2023
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2022
PRINCIPAL	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RESPONSÁVEIS	<b>CLODOALDO APARECIDO GONÇALVES DE QUEIROZ</b> Defensor Público Geral <b>ROGÉRIO BORGES FREITAS</b> Primeiro Subdefensor Público-Geral <b>FELIPE DOUGLAS MACHADO DA CUNHA</b> Fiscal de Contratos <b>ARLINDO LENZI</b> Representante Legal da Empresa Coplan <b>WESLLER THARSO OLIVEIRA DA SILVA MARTINS</b> Membro substituto da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis <b>ADILTON NOGUEIRA TAVARES</b> Membro substituto da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis <b>AGNALDO FERREIRA DOS SANTOS</b> Membro da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis <b>VALTER JOSÉ DA COSTA</b> Membro da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis <b>RODRIGO DILEON MALHEIROS</b> Membro da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis <b>MARCUS AUGUSTO BOA MORTE BRANDÃO</b> Presidente da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis
ADVOGADO(A)	<b>DARLÃ MARTINS VARGAS</b> OAB/MT 5.300 <b>WASHINGTON LUÍS CARVALHO OLIVEIRA</b> OAB/MT 19.297
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

## DECISÃO

1. Trata-se das Contas Anuais de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - DPE/MT, referentes ao exercício de 2022, sob a gestão do Senhor Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz, Defensor Público-Geral.
2. Conforme se extrai dos autos, o Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n.º 6.628/2023 (Documento Digital 275028/2023), de lavra do Procurador-geral de





Contas Alisson Carvalho de Alencar, se manifestou pela manutenção das irregularidades apontadas no achado n.º 2 (BB 99 – item 7.2) e no achado n.º 3 (JB 01 – item 7.3).

3. Em vista disso, com fundamento no artigo 110<sup>1</sup> da Resolução Normativa TCE/MT n.º 16/2021, **INTIMO** os Senhores **Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz** (Defensor Público Geral); **Rogério Borges Freitas** (Primeiro Subdefensor Público-Geral); **Felipe Douglas Machado da Cunha** (Fiscal de Contratos); **Arlindo Lenzi** (Representante Legal da Empresa Coplan); **Wesller Tharso Oliveira da Silva Martins** (Membro substituto da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis); **Adilton Nogueira Tavares** (Membro substituto da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis); **Agnaldo Ferreira dos Santos** (Membro da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis); **Valter José da Costa** (Membro da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis); **Rodrigo Dileon Malheiros** (Membro da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis) e **Marcus Augusto Boa Morte Brandão** (Presidente da Comissão de Baixa Patrimonial dos Bens Inservíveis) para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta decisão, apresentem **ALEGAÇÕES FINAIS** nos autos das Contas Anuais de Gestão do exercício de 2022 – processo n.º 49.714-2/2023.

4. Desde já, informo que o Relatório Técnico Conclusivo (Documento Digital 247929/2023), o Despacho conclusivo da 5ª Secex (Documento Digital 248249/2023) e o Parecer do Ministério Público de Contas (Documento Digital 275028/2023) estão disponíveis no Núcleo de Expediente desta Corte de Contas, ficando permitido aos responsáveis a obtenção de cópia, observado o disposto no artigo 112, § 2º<sup>2</sup> do RITCE/MT.

<sup>1</sup> Art. 110 Se, após a emissão do parecer ministerial nos processos de contas anuais e tomadas de contas, permanecerem irregularidades não sanadas, o Relator concederá às partes prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação das alegações finais sobre a matéria constante dos autos, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, vedada a juntada de documentos.

<sup>2</sup> Art. 112 A vista e a obtenção de cópia, parcial ou integral, de documentos e autos processuais serão facultadas aos responsáveis, interessados e representantes constituídos, observados os procedimentos e requisitos estabelecidos em função do meio de acesso e classificação quanto ao sigilo.

(...)

§ 2º No caso de atendimento presencial, este será de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, no horário definido em norma específica publicada no Portal deste Tribunal, ocasião em que não será fornecida cópia física de processos ou documentos, sendo o acesso disponibilizado em meio eletrônico, nos termos do § 1º deste artigo, ou mediante fornecimento de dispositivo portátil com função de armazenamento.





5. Ademais, os documentos foram disponibilizados no sistema de Vista Virtual, no portal de Serviço deste Tribunal (<https://conta.tce.mt.gov.br/login>), cujo acesso está vinculado ao CPF das partes interessadas.

6. **Publique-se.**

7. Após, encaminhe-se o presente feito à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardo das manifestações.

8. Findo o prazo, retornem os autos a este Gabinete.

Cuiabá, 05 de março de 2024.

(assinatura Digital)<sup>3</sup>

**CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI**  
Relator

<sup>3</sup> Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.

